



O porto do Funchal e a empresa pública que o gere, a APRAM, vão ser reestruturados.

Estudo vai definir estratégia portuária

Miguel Ângelo
 mangelo@jornaldamadeira.pt

O Governo Regional resolveu autorizar a realização de um estudo e consultoria estratégica para a reestruturação da APRAM e do setor portuário regional.

Em resolução anteontem publicada no JORAM, o executivo madeirense recorda a importância, a abrangência e a complexidade do setor, bem como as implicações do seu desenvolvimento para a economia regional, defendendo que se torna necessário obter uma

análise estratégica da Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira (APRAM) e do setor portuário regional.

Um estudo que faça, preconiza o Governo Regional, «um diagnóstico da situação, que identifique as melhores soluções a implementar para a empresa e para o setor, que sirvam de apoio à tomada de decisão».

Lembre-se que, por lei, é à APRAM que cabe a gestão das infraestruturas portuárias na RAM. O Governo Regional da Madeira detém 100% do capital social daquela empresa.

Na resolução, o Executivo ma-

deirense salienta que teve igualmente em conta que o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da RAM prevê, na sua medida 59, a reestruturação de várias empresas públicas, entre as quais a do setor dos portos.

Lembra-se também, no texto publicado no JORAM, que a Resolução n.º 53/2013, de 31 de janeiro, aprovou o Programa de Privatizações e Reestruturações do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira, no qual o Governo Regional manifesta a intenção de proceder à reestruturação da empresa APRAM, que passa também pela reorganização do setor portuário regional.

Finalmente, para a sua tomada de decisão, o Governo Regional considerou ainda o facto da APRAM ter sido reclassificada para efeitos de contas nacionais, passando a integrar o setor institucional da Administração Pública, sendo, pois, urgente a tomada de medidas estruturantes tendentes à diminuição dos encargos da empresa e do setor.

Ainda nesta área, lembre-se que, recentemente, o Executivo resolveu isentar a TUP Carga nas exportações, igualando os portos regionais aos nacionais.

Neste sentido, mandatou o conselho de administração da APRAM para que alterasse o tarifário, no sentido de isentar a TUP Carga nas exportações.

Por outro lado, considerou-se as políticas que têm sido desenvolvidas para a convergência de tarifário das TUP carga e TUP navio para com os restantes portos nacionais e que a nível nacional gradualmente têm sido reduzidas e, este ano isentas, as taxas de exportação de produtos. E teve-se ainda em consideração que a TUP carga é paga diretamente pelos exportadores à administração portuária com um impacto direto na economia.

A RESOLUÇÃO N.º 53/2013, DE 31 DE JANEIRO, APROVOU O PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÕES E REESTRUTURAÇÕES DO SETOR EMPRESARIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, NO QUAL O GOVERNO REGIONAL MANIFESTA A INTENÇÃO DE PROCEDER À REESTRUTURAÇÃO DA EMPRESA APRAM, QUE PASSA TAMBÉM PELA REORGANIZAÇÃO DO SETOR PORTUÁRIO REGIONAL.

ESTUDO REVÊ SETOR PORTUÁRIO

O GOVERNO REGIONAL RESOLVEU AUTORIZAR A REALIZAÇÃO DE UM ESTUDO E CONSULTORIA ESTRATÉGICA PARA A REESTRUTURAÇÃO DA APRAM E DO SETOR PORTUÁRIO REGIONAL. PARA ESTA DECISÃO, PESARAM A IMPORTÂNCIA, A ABRANGÊNCIA E A COMPLEXIDADE DO SETOR, BEM COMO AS IMPLICAÇÕES DO SEU DESENVOLVIMENTO PARA A ECONOMIA REGIONAL. P. 8